

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A CRIAÇÃO DO SEGUNDO BANCO DO BRASIL E
AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA MONETÁRIO
DE 1850 A 1856.**

Eduardo Alvarenga Serpa
Matrícula: 104041295

Orientador: Prof. Fernando Carlos G. de C. Lima

MARÇO 2009

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO
INSTITUTO DE ECONOMIA
MONOGRAFIA DE BACHARELADO

**A CRIAÇÃO DO SEGUNDO BANCO DO BRASIL E
AS TRANSFORMAÇÕES DO SISTEMA MONETÁRIO
DE 1850 A 1856.**

Eduardo Alvarenga Serpa
Matrícula: 104041295

Orientador: Prof. Fernando Carlos G. de C. Lima

MARÇO 2009

As opiniões expressas neste trabalho são de responsabilidade exclusiva do autor.

ÍNDICE

INTRODUÇÃO.....	5
I - OS ELEMENTOS DO SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO.....	6
I.1 - EVOLUÇÃO DAS FORMAS MONETÁRIAS.....	6
<i>I.1.1 - As moedas mercadorias.....</i>	<i>6</i>
<i>I.1.2 - Das moedas mercadorias em ouro ao papel-moeda.....</i>	<i>8</i>
I.2 - AS TEORIAS BANCÁRIAS DO SÉCULO XIX.....	11
<i>I.2.1 - Papelistas e metalistas.....</i>	<i>12</i>
I.3 - O SISTEMA MONETÁRIO DA DÉCADA DE 1840.....	14
<i>I.3.1 - Os bancos da década de 1840.....</i>	<i>14</i>
<i>I.3.2 - Banco Comercial do Rio de Janeiro.....</i>	<i>15</i>
II - A CRIAÇÃO DO SEGUNDO BANCO DO BRASIL E O NOVO SISTEMA MONETÁRIO.....	17
II.1 - CRESCIMENTO BANCÁRIO.....	17
<i>II.1.1 - As instituições de 1850 e o espírito industrial.....</i>	<i>17</i>
<i>II.1.2 - Banco do Brasil de Mauá.....</i>	<i>20</i>
<i>II.1.3 - A concorrência bancária.....</i>	<i>22</i>
II.2 – FUNDAÇÃO DE UM NOVO BANCO DO GOVERNO.....	23
<i>II.2.1 - As imperfeições do sistema.....</i>	<i>23</i>
<i>II.2.2 - As idéias e as críticas de Itaboraí.....</i>	<i>24</i>
<i>II.2.3 - A lei Bancária de 1853.....</i>	<i>27</i>
III - OS IMPACTOS NO SISTEMA MONETÁRIO.....	31
III.1 - A AFIRMAÇÃO DO NOVO PRINCÍPIO.....	31
III.2 - O INÍCIO DAS OPERAÇÕES.....	32
III.3 - EXPANSÕES E O ROMPIMENTO DA RELAÇÃO EMISSÃO E FUNDO.....	34
III.4 - A GESTÃO DE ITABORAÍ.....	36
III.5 - CRÉDITO E EMISSÕES.....	38
CONCLUSÃO.....	41
TABELAS.....	44
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	47

INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é analisar os fatores de esfera política e de esfera econômica que levaram à criação do segundo Banco do Brasil, no início da década de 1850, e assim como os efeitos dessa medida sobre os demais estabelecimentos bancários.

O primeiro capítulo apresenta os conceitos de moeda mercadoria e de papel moeda, com exemplos históricos do uso de ambas as formas monetárias no Brasil. Também nele são apresentadas visões sobre o papel dos bancos e das suas respectivas emissões de moeda de acordo com os metalistas e papelistas. Em seguida, é mostrada a composição do sistema monetário brasileiro na década de 1840.

O segundo capítulo trata da criação do segundo Banco do Brasil e da formação do novo sistema monetário. Nele, será mostrada como foi a concorrência bancária entre as instituições existentes em 1850. Também serão analisadas as possíveis imperfeições do sistema e as propostas de mudança defendidas pelo Visconde de Itaboraí, que resultaram na Lei Bancária de 1853 e no novo banco do Governo.

O terceiro capítulo descreve os impactos do início das operações do banco no sistema monetário, na expansão do meio circulante, em particular, na gestão do Visconde de Itaboraí. Na última seção do capítulo, discute-se a política de crédito frente às emissões.

Por fim, a conclusão trará um resumo dos assuntos apresentados e discutidos ao longo do trabalho.

CAPÍTULO I - OS ELEMENTOS DO SISTEMA MONETÁRIO BRASILEIRO

Nas próximas seções, será analisada a evolução do sistema monetário brasileiro até o início da década 1850. Primeiramente serão descritas as diferentes moedas utilizadas no Brasil até a introdução do papel-moeda. Serão evidenciadas as correntes teóricas que promoveram um rico debate na Inglaterra no tocante à emissão de notas e metais, que no Brasil foram representadas pelas idéias dos papelistas, mais liberais, e dos metalistas, representantes da corrente mais conservadora. Ao final, haverá uma breve descrição das instituições estabelecidas, principalmente na década de 1840, que mostraram a importância da atividade bancária para o crescimento dos negócios, configurando um nascente sistema bancário com capacidade de criação de moeda.

1.1 - Evolução das formas monetárias no Brasil

Durante o processo histórico brasileiro, as formas monetárias respondiam às atividades econômicas exercidas em suas épocas. Contudo, um fator importante foi a proliferação de moedas mercadorias não metálicas nas relações comerciais, juntamente com a iniciante circulação de moedas metálicas de origem européia. Este padrão sofre uma mudança com o advento da mineração, com a chegada da família real portuguesa e a instalação do primeiro estabelecimento bancário no Brasil.

I.1.1 - As moedas mercadorias¹

A primeira atividade econômica praticada em território brasileiro foi a extração do pau-brasil. Devido à sua utilidade², passou a circular como um item trocado por outros produtos, estes expressando nele seus valores, tornando-se a primeira moeda mercadoria aqui transacionada. Esta espécie de madeira era negociada através de um sistema de

¹ Esta seção baseia-se em Müller (2004) e Lima (2001)

² Expressava-se na aceitação do produto no comércio internacional. Utilizada na produção têxtil européia, já que possui um pigmento avermelhado para coloração de tecidos.

concessões³ a comerciantes portugueses que distribuíam o produto na Europa, captando primariamente moedas européias metálicas, sobretudo portuguesas, em ouro, prata, e também cobre. Eles as demandavam para saldar tributos com o soberano, como também para trocas internacionais, já que a moeda metálica possuía maior portabilidade, maior liquidez e coincidência de desejos, dando início assim à circulação metálica.

Além da Europa, a América espanhola destacava-se como ofertante de moedas metálicas, devido à presença de grandes jazidas de prata no Peru e de ouro no México, na medida em que cresciam os negócios entre Portugal e Espanha. Verificou-se um surto de liquidez na União Ibérica, em virtude do ingresso de *reales* espanhóis através dos navios vindos da região do Prata, que aportavam em território colonial para se abastecerem, efetuando os pagamentos nessas moedas de prata trazidas por seus tripulantes.

A partir da introdução do cultivo da cana de açúcar, ainda no século XVI, a produção açucareira tornou-se o carro chefe da economia colonial, influenciando o mercado de trabalho e o mecanismo de trocas. O indígena, antes utilizado como fator de produção na economia do pau-brasil - através do escambo⁴ e trabalho compulsório-, foi sendo substituído pelos negros escravos, num lucrativo comércio. Esta transação consistia em adquirir escravos por aguardente, a qual funcionava como uma moeda mercadoria para esta operação, cumprindo a função de meio de troca e unidade de conta. Porém, dificilmente, seria reserva de valor devido à existência de moedas metálicas circulando no território, às limitações de demanda deste artigo no comércio internacional e à instabilidade de seu preço, que estava sujeito a variações em suas cotações referente ao tráfico negreiro.

O próprio açúcar, por ter sido a principal *commodity* dos séculos XVI e XVII, também exerceu algumas funções de moeda na economia da época. Implementos agrícolas, artigos importados e até mesmo escravos compunham parte das trocas com o produto através das negociações internacionais. Estas eram intermediadas por comerciantes⁵, que

³ Os contratos estabeleciam, além de defesa da terra e construção de fortificações, pagamento de impostos ao soberano, em dinheiro – principal componente da demanda de moedas metálicas - ou espécie.

⁴ Troca direta de bens. Neste sentido deve acontecer a igualdade de desejos entre os dois agentes e equiparação quantitativa dos bens transacionados, em que os indígenas recebiam pequenos itens e forneciam trabalho.

⁵ Os comerciantes também foram os responsáveis pelo surgimento do crédito na figura de prestamistas individuais, provocando o surgimento de circulação de letras de câmbio, que são títulos de crédito de ordem de pagamento. O criador da letra promete fazer pagar por terceiro uma soma cambial. Se não cumprida a

detinham os contatos transacionais com os mercados europeus para negociações das safras de açúcar brasileiro, compra de matérias primas e artigos importados. Isto porque o sistema econômico estava voltado principalmente à exportação, produzindo um território não integrado em atividades econômicas. Assim era baixa a circulação de moeda – principalmente metálica. O açúcar contribuía para aumentar a liquidez do sistema porque se comportava como moeda mercadoria nas trocas internacionais e era aceito em pagamento de impostos.

No Rio de Janeiro e na Bahia, o valor do açúcar por arroba foi fixado em diversas ocasiões, tornando obrigatória a aceitação do produto nos pagamentos. Contudo não cumpria a função reserva de valor, em razão das variações da cotação do produto no mercado internacional e do fato de ser perecível. Desta forma, sempre que os preços do produto caíam no mercado internacional os comerciantes locais assimilavam perdas com a diminuição de suas cotações.

Uma outra medida que a coroa portuguesa se utilizava para tentar aumentar liquidez monetária era o levantamento da moeda⁶. Esta operação consistia em elevar o valor extrínseco da moeda, o seu valor de face, em relação ao valor intrínseco, seu conteúdo metálico, em um ambiente constituído de distintas origens de moedas sendo avaliadas pelo peso.

I.1.2 - Das moedas mercadorias em ouro ao papel-moeda

A descoberta de ouro na região de Minas Gerais proporcionou grandes transformações monetárias. O metal abundante possibilitou a cunhagem de moedas de ouro, que passaram a ser o meio de troca, unidade de conta e reserva de valor – o dinheiro da economia. Qualquer cidadão poderia levar o metal na forma bruta às casas da moeda existentes, no Rio de Janeiro, na Bahia, em Minas Gerais e até mesmo em Portugal nas cidades do Porto e de Lisboa, para que o Estado a cunhasse ao custo de brassagem mais senhoriagem⁷. A expansão do meio circulante acompanhava o desenvolvimento do mercado

ordem dada ao terceiro, obriga-se a pagar pessoalmente.

⁶ Lima e Müller (2001) definiram o custo político alto devido à impopularidade da medida graças ao aspecto inflacionário, exercendo pressão cambial no sentido da desvalorização.

⁷ Brassagem é o pagamento feito à autoridade emissora pela cunhagem de moeda metálica, cobrindo o custo de fabricação da moeda enquanto a senhoriagem é quando o montante pago excede seu custo, representando

interno, o crescimento urbano e a proliferação de profissionais liberais, diversificando as atividades econômicas, sobretudo nas regiões do entorno ao ciclo do ouro (Müller, 2004).

A produção aurífera brasileira entra em declínio quando começam a se esgotar as minas de ouro, quando cada vez menos ouro era levado para ser cunhado. Além da queda da produção de moedas, houve evasão do meio circulante para a Europa, principalmente para a Inglaterra, já que parte das dívidas da coroa portuguesa para com esse país era paga em ouro brasileiro. A Casa da Moeda do Rio de Janeiro cunhou, no período de 1703 a 1809, um total de 200 mil contos de réis, mas, em 1808, o estoque de moeda somava apenas 10 mil contos, sendo dois terços em ouro e um terço em prata (Pacheco: 1979).

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, a partir da declaração do bloqueio continental aos ingleses, gerou significativo aumento de gastos públicos. Estes ocasionaram uma crescente demanda por moeda que não era plenamente satisfeita pelo estoque em circulação. O crescimento dessa demanda foi proporcional a diminuição das restrições manufatureiras e, pela via comercial, à chegada de novos produtos oriundos da abertura dos portos às nações aliadas à Inglaterra. Para solucionar tudo isto, os portugueses implementaram um projeto bancário no Rio de Janeiro, que já era discutido em Portugal. Para financiar os gastos da corte e ajudar o comércio criou-se um banco emissor de notas conversíveis em metais, pagáveis à vista ao portador. Recebendo o nome de Banco do Brasil, ele também descontava letras de câmbio, em função do crescimento comercial, e era depositário de metais e pedras preciosas.

Os bilhetes emitidos pelo Banco do Brasil eram utilizados nos gastos da corte, no pagamento do funcionalismo público e aceitos nos recolhimentos de impostos. Agora, representavam o principal meio circulante, pois seu estoque era maior que o das moedas metálicas devido à natureza emissora. Porém, seus valores estavam associados à quantidade de metal depositada, ou seja, possuía lastro em metais preciosos, que seria, em tese, um mecanismo de limitação a expansões. Mas o desrespeito ao limite emissor provocou o aumento das obrigações do banco superior a sua capacidade de honrar tais compromissos, já que as emissões cresciam a taxas maiores que a dos depósitos metálicos.

um ganho ao emissor.

Agrava-se a situação quando D. João VI volta a Portugal com os metais dos depósitos, tornando frágil o lastro das notas emitidas. Mesmo assim, o banco continuou gerando notas, que resultaram na diminuição da circulação das moedas metálicas - entesouramento do ouro e da prata -, a partir da valorização destas frente às notas, conforme previa a Lei de Gresham⁸. Também contribuíram para a queda de sua circulação os pagamentos internacionais, que eram realizados prioritariamente em metais. Desta forma, em meio a acusações do estabelecimento ser o principal culpado de desvalorizações cambiais, que geravam inflação, em 1829⁹ ele deixa de operar, com o Tesouro Nacional, que centralizou o poder emissor com notas não conversíveis.

A centralização do poder emissor fez parte da reforma do estoque de moeda de 1833¹⁰. O objetivo da mesma era resgatar as moedas de cobre, devido ao seu conteúdo intrínseco¹¹ e às suspeitas de um elevado estoque falsificado, e o papel emitido pelo primeiro Banco do Brasil. Através destes resgates, objetivava-se organizar o estoque de moeda e, sobretudo, aumentar o valor deste, produzindo impactos positivos no câmbio, para uma conseqüente queda da inflação. Em 1841 completou-se o resgate do papel e o das moedas em 1839.

Em resumo, a exploração de minas de ouro durante o século XVIII provocou grandes modificações na ordem monetária devido ao crescimento da oferta interna de moedas de ouro, cunhadas nas diversas Casas da Moeda. Com isto, as funções unidade de conta e reserva de valor foram bem definidas. Observou-se também um incremento de trocas comerciais, proliferação de atividades econômicas e urbanização. Contudo, a falta de força econômica da colônia e principalmente da metrópole perante a Inglaterra provocou a evasão de dinheiro. Já no início do século XIX, o Banco do Brasil contribuiu para a modernização do nascente sistema monetário através da introdução do papel moeda lastreado, o qual foi posteriormente substituído pelo papel fiduciário emitido pelo Tesouro.

⁸ É um princípio econômico dizendo que moedas as quais têm valor pleno em termos de metal precioso tendem a desaparecer quando circulam num sistema monetário depreciado.

⁹ De 1829 a 1838 Casas bancárias executavam operações de descontos e adiantamentos.

¹⁰ Lei nº 52 de 03 de outubro de 1833: reforma do sistema monetário com respeito ao cobre. Decreto de 1º de junho de 1833: autorizou o governo a fixar uma data definitiva à substituição do papel-moeda pelas notas do tesouro.

¹¹ Pela ótica metalista, um metal fraco produzindo uma moeda fraca.

1.2 – As teorias bancárias do século XIX

O debate das diferentes linhas de pensamento, no tocante à criação de estabelecimentos bancários, girava em torno de três questões: (i) quantidade de estabelecimentos emissores – monopólio ou pluralidade; (ii) do tipo de papel moeda a ser emitido - lastreado ou fiduciário; (iii) dos impactos da emissão de moeda nos preços e na taxa de câmbio.

A *currency school*¹² argumentava que a quantidade de moeda em circulação era regulada pelo ingresso de metais, sobretudo, no resultado do balanço de pagamentos, de maneira que os preços internos e a taxa de câmbio também se definiam por esses resultados. Por exemplo, ocorrendo superávits e ingresso de mais metais, o meio circulante seria expandido sem prejuízos à estabilidade econômica. Desta forma, os adeptos dessa escola defendiam a plena conversibilidade do papel moeda em ouro, o padrão-ouro¹³, e principalmente o monopólio da emissão.

Representante de uma posição intermediária, a *banking school* difere da primeira ao aceitar a pluralidade da emissão e um lastro diversificado, não apenas em ouro, mas também em outros metais e em papéis. Ao defender um sistema bancário competitivo, a concorrência nas emissões não levaria a excessos de emissão, não impactando em inflação, por conseguinte. Estão entre liberais e centralizadores já que são contrários ao monopólio emissor e suavizam o lastro - a conversão moeda bancária não precisaria ser restrita a uma moeda mercadoria - mas reconhecem que emissões sem regras e controles causariam problemas nos preços e câmbio, com ambas as posições defendendo a formação de um banco central.

Uma terceira visão era a *free banking school*, que defendia a livre emissão e competição de moedas privadas, mediante a ausência de regulamentação. Argumentava que os bancos só emitiriam notas para descontar de um jeito a nunca emitir além da demanda. Soma-se a isto o ponto em que os estabelecimentos exerceriam um controle mútuo sobre o

¹² As descrições de cada escola são idéias de Eatwell, Milgate, Newman 1987:183.

¹³ Sob o padrão ouro, o valor de cada moeda flutuava dentro do “ponto ouro” ou a taxa onde se tornava rentável transportar metal de um país para outro. Desta forma, deveria existir uma margem que seja suficiente para compensar movimentos de ouro.

sistema, ao acumularem e descontarem notas emitidas por outros bancos, mantendo a liquidez em um nível sustentado, promovendo cautela nas emissões para evitar quebra. É um sistema que provoca a dissociação entre unidade de conta e moedas bancárias ao romper com o controle externo mediante a legislação e regras de emissão e com a necessidade de garantias físicas – metálicas no caso das correntes acima – para a sustentabilidade da rede bancária, em um modelo em que a informação é a principal garantia.

Chegando ao Brasil, as idéias destas escolas alimentaram o embate entre papelistas, metalistas e ecléticos, discutindo prioritariamente a questão da conversibilidade da moeda e a eficácia da política monetária, bem como a pluralidade ou a unidade das emissões de notas bancárias.

I.2.1 – Papelistas e Metalistas

A corrente papelista, conduzida por Souza Franco e também pelo Barão de Mauá, relacionava a reforma do estoque de moeda com a reforma do sistema bancário. Diretamente influenciados pela *free banking school*, lutaram pelo direito de emissão privada de notas e pela concorrência bancária, atribuindo a escassez de liquidez como limitante ao desenvolvimento dos negócios e ao crescimento econômico do Império. Fortalecendo a hipótese, Souza Franco¹⁴ comparou a praça de Nova York à do Rio de Janeiro em 1848, ao chamar atenção para o fato de que o Rio contava com apenas um estabelecimento bancário – Banco Comercial do Rio de Janeiro -, reunindo capital de 2.500 contos de réis para uma população aproximadamente de 200 mil habitantes, enquanto a cidade norte americana apresentava mais de 20 bancos somando um capital maior que 50 mil contos de réis, todo multiplicado por inúmeras emissões.

Criticavam fortemente a tentativa metalista de reproduzir o padrão ouro no Brasil, argumentando que uma economia periférica sofreria grandes dificuldades para criar e para manter tal sistema, perpetuando as restrições monetárias produzidas na incapacidade em reter a quantidade de ouro necessária. De acordo com Mauá, que difundiu o conceito de “requisito de elasticidade” (Fonseca: 2004), a oferta monetária deveria ser elástica à

¹⁴ Dados de Muller (2004), Franco (1984) e Peláez e Suzigan (1976).

demanda por moeda para que a escassez de meio circulante não interferisse negativamente nas atividades produtivas – aumentando a circulação da moeda -, acrescentando mais argumentos contrários à idéia da conversibilidade.

Ao contrário dos papelistas, que sustentam a subordinação da política cambial à monetária, de maneira que a taxa de juros seria um fenômeno monetário¹⁵, os metalistas, liderados por Torres Homem, influenciados pela *currency school*, acreditavam na ineficácia de política monetária. Nesta visão, emissões não lastreadas em ouro gerariam apenas inflação, sendo a taxa de juros um fenômeno real, definida pelo equilíbrio entre poupança e investimento, e dependente da taxa de lucro¹⁶.

Adeptos da idéia de que os metais preciosos são os principais instrumentos para aquisição de riqueza, os defensores da corrente metalista buscavam a conversibilidade, sobretudo o padrão ouro, com emissões monopolizadas por um banco público. Neste sentido, defendiam a estabilidade monetária, priorizando a política cambial ao definir o nível de taxa de câmbio, expressando sua relação com o bom resultado do balanço de pagamentos. Este seria determinado por uma administração eficiente dos negócios, provocando entrada de metais para então expandir o meio circulante.

A corrente eclética, tendo como seu principal representante o Visconde de Itaboraí, seguia os metalistas, ao defender o monopólio da emissão para o governo, também acreditando que bancos de emissão seriam conflitantes no esforço de reduzir o estoque de papel moeda, desde que suas emissões ultrapassassem o resgate promovido pelas autoridades do papel fiduciário. Mas eles seriam desejáveis quando as condições de se obter o estoque de moeda ideal fossem alcançadas, que eram estoques constituídos parte em metais e outra parte em papel moeda. O primeiro para transações e ajustes fracionários e o segundo para que fosse necessário efetuar eficientemente transações econômicas, aproximando-se dos papelistas, já que também se aceitava a diversificação do lastro.

¹⁵ Para Fonseca, uma aproximação ao futuro keynesianismo, já que a corrente papelista acreditava que a taxa de juros refletia o estado de ânimo da economia, determinada pela oferta e demanda por moeda.

¹⁶ Conforme apontou Fonseca, a escola metalista alinhava-se ao pensamento clássico e às diretrizes bancárias inglesas adotadas na época, como o monopólio da emissão.

No ano de 1846, o país foi inserido¹⁷ nas regras do padrão ouro, quando a paridade fixa de 27 *pences* por mil réis foi estabelecida, o que sinalizou uma vitória da corrente metalista, e o estabelecimento de um limite à expansão do papel-moeda. Porém ela perde espaço com a introdução dos bancos com função emissora do Ceará, de Pernambuco e principalmente o Banco do Comércio e da Indústria do Brasil, pertencente ao Barão de Mauá, que se juntou ao Comercial do Rio de Janeiro.

1.3 - O sistema monetário da década de 1840

1.3.1 - Os bancos da década de 1840

A década de 1840, estendendo-se para início da década seguinte, foi marcada pelo estabelecimento de bancos privados com capacidade emissora, com destaque para o Banco Comercial do Rio de Janeiro, Banco Comercial da Bahia, Banco do Maranhão, Banco do Pará e Banco Comercial de Pernambuco em 1851.

Imediatamente antes dessa década, o primeiro esforço de criação de um estabelecimento privado foi em 1836, com a fundação do Banco do Ceará. Seu capital era composto por modestos 60 contos¹⁸ de réis que não suportaram um empréstimo de 170 contos de réis de longo prazo realizado em 1838, tendo sido liquidado em 1839.

Já em 1845, foi fundado o Banco Comercial da Bahia. Operando com um capital de 2.000 contos, tinha seu lucro baseado em emissões de vales, da diferença entre juros pagos a depositantes e taxas de empréstimos, empréstimos estes concedidos em médio e longo prazo. O objetivo deste estabelecimento era a promoção da agricultura e o desenvolvimento industrial, operando créditos a prazos de até cinco anos, relativamente maiores que nas demais praças.

Os estabelecimentos do Maranhão de 1846, do Pará de 1847 e o de Pernambuco de 1851 concentravam suas operações em redescontos e empréstimos de curto prazo. O Banco do Maranhão, com um capital de 400 contos de réis, dedicava-se basicamente a atividades de desconto de títulos comerciais ao mesmo tempo em que emitia vales ao portador,

¹⁷ Lei 401, de 11 de setembro de 1846. Regulamentada pelo decreto 487, de 28 de novembro de 1846.

¹⁸ 1 conto de réis é notação simplificada de 1:000\$000. Leia-se: mil mil réis.

pouco preocupado em promover o ramo industrial. Já o Banco do Pará, assemelhava-se ao da Bahia, pois fora criado para gerar crescimento industrial na sua província e, por conseguinte, fornecia crédito com prazos pouco mais alongados, em comparação ao do Maranhão e Pernambuco, de até dois anos e meio. Enquanto o de Pernambuco se mantinha na linha comercial, porém se destoava na composição de seu capital, que reuniu um total de 1.000 contos de réis.

Contudo, o surgimento desses estabelecimentos fora fomentado pela prosperidade que obteve o Banco Comercial do Rio de Janeiro, servindo de exemplo a estas instituições.

I.3.2 - Banco Comercial do Rio de Janeiro

Com o aumento das cifras do comércio exterior¹⁹ e com o aumento da taxa de crescimento populacional, somados à superação da crise política devido à abdicação de Dom Pedro I, torna-se indispensável a atividade bancária (Peleáz e Suzigan, 1976). Somou-se a isso a crise mundial de 1837 iniciada nos Estados Unidos, que convenceu a comunidade comerciante carioca da necessidade de uma instituição financeira mais forte que casas bancárias (Müller, 2004). Nesse contexto, um grupo de capitalistas, principalmente negociantes ligados ao comércio de café, organizou na cidade o Banco Comercial do Rio de Janeiro, no ano de 1838, cuja carta patente só foi aprovada em 1842.

Com capital fixado em 5.000 contos de réis, o banco foi autorizado a funcionar ao longo de vinte anos. Dentre suas operações, eram permitidos: o depósito: em moedas, em jóias, em ouro, em prata e em papéis – estes títulos da dívida do governo e papéis privados, bem como ações; os descontos: de letras de cambio, da terra, de títulos públicos e de privados. Também poderiam ser executados saques descobertos, adiantamentos de dinheiro e transferência de depósitos. Os empréstimos eram concedidos principalmente com base em moeda forte, títulos governamentais e ações do banco e intermediados por comissários e negociantes do comércio exterior que detinham a informação dos demandantes de recurso.

De acordo com Guimarães (1997):

¹⁹ No ano de 1838, o total transacionado, importações mais exportações, somou 91045 contos enquanto o ano anterior somou 74268 contos. Em 1845 este total chegou a 104329 contos. Calógeras (1960).

“[eram] concedidos empréstimos através de um intermediário, um comissário ou um outro comerciante ligado ao setor importador e exportador, pois além de conhecerem os tomadores de empréstimos, os comerciantes tinham interesse direto neste tipo de operação uma vez que alguns deles eram acionistas do Banco e recebiam dividendos...”. (p. 40)

O banco era autorizado a emitir vales, desde que realizáveis em metais. Podia também comprar e vender metais preciosos para composição de reservas. Estes vales, de acordo com as determinações do governo imperial, tinham valor mínimo de 500 mil réis com prazo máximo de vencimento de dez dias. Não se tratava inicialmente de papel-moeda, mas de papel-comercial, devido aos prazos reduzidos de resgate e ao pagamento de juros. Contudo, estes eram ilusórios, já que o rendimento era extremamente baixo, fazendo a autoridade governamental limitar a emissão, que não poderia ultrapassar um terço do capital.

As notas, mesmo com uma circulação regional limitada ao banco reembolsante e suas filiais, tiveram curso, sendo recebidas por toda cidade independentemente dos prazos de vencimento, funcionando como meio de pagamento no comércio fluminense (Azevedo e Lins, 1969). A lucratividade do banco era originada da diferença entre juros pagos a depositantes, 4 a 4,5% e a taxa para redesconto de letras, 6 a 7%²⁰, ficando assim claras as preferências de prestação de auxílios ao comércio.

Em consequência, desde sua criação, o banco obteve dados de crescimento significativos para o seu capital, para o redesconto e para as emissões. Estas em 1853 somavam 1.574 contos, ao passo que em 1840 eram de apenas 54. Já o redesconto apresentou um aumento de mais de 10.000 contos de 1839 a 1832. Ambos os dados resultaram no aumento do capital, de 1.000 contos em 1838 para 4.000 contos em 1852.

²⁰ Peleáz e Suzigan (1976), Müller (2004) e Pacheco (1980).

CAPÍTULO II - A CRIAÇÃO DO SEGUNDO BANCO DO BRASIL E O NOVO SISTEMA MONETÁRIO

II.1 - Crescimento Bancário

II.1.1 - As instituições de 1850 e o espírito industrial

O período compreendido entre 1840 e o início da década de 1850 é considerado como aquele que apresentou um desempenho muito bom em atividades empreendedoras. A partir dos meados do século, notou-se uma razoável estabilidade política, culminando em clima de paz interna. Além disto, medidas protecionistas colaboraram para promoção de um espírito industrial, que foi ainda incentivado com a extinção do tráfico negreiro e a instauração do Código Comercial.

Saindo de uma posição repressiva em defesa da ordem, o Governo Imperial buscava dar maiores atenções às questões de administração interna. As divergências partidárias eram manejadas através da serenidade do Imperador, conservando-se como força decisiva do dinamismo institucional. Escolhia seus ministros e revezava periodicamente os partidos no exercício do poder. Desta forma, a condução da política era manipulada de acordo com suas preferências (Caldeira: 1998).

O livre cambismo²¹ fora abolido para proteger e para promover a produção interna. Esta política protecionista dava sobrevida e condições de progresso às atividades industriais. Como maior exemplo disto, pode-se destacar a Tarifa Alves Branco de 1844²², cujas tarifas não protegiam somente a indústria, mas também a produção agrícola. A tarifa alfandegária chegava a 60% para produtos estrangeiros. Um surto industrial iniciou-se no país através do surgimento de fábricas de tecidos, alimentos, manufatura de madeira e metais, além de um impulso à agroindústria açucareira (Mello:1997).

²¹ O Brasil tinha praticamente chegado ao livre cambismo, na medida em que houve concessão de tarifas extremamente baixas a Inglaterra e Portugal inicialmente e aos Estados Unidos bem como diversos países europeus posteriormente, fomentando a capacidade de importar e promovendo desequilíbrios comerciais. Franco (1984) e Pacheco (1980).

²² Decreto número 376 de 12 de agosto de 1844.

A Inglaterra, após realizar a Revolução Industrial, estava interessada em ampliar o mercado mundial para seus produtos. Uma das estratégias era extinguir o tráfico de escravos policiando os mares. Assim, forçaria gradualmente os países escravistas a abolir este sistema de trabalho e adotar o livre e remunerado, aumentando a demanda potencial²³ para seus produtos. Sendo assim, o comércio de negros foi coercitivamente proibido através da Bill Aberdeen – legislação de 1845 –, que garantiu aos próprios ingleses o poder de polícia dos mares, permitindo-se a apreensão de quaisquer embarcações cujo conteúdo de carga fosse escravos. A pressão inglesa, materializada pela aplicação desta lei, motivou a elaboração, no Império brasileiro, da Lei Eusébio de Queirós²⁴ de 1850, extinguindo, no Império, o tráfico negreiro internacional.

De Acordo com Schulz (1996):

“[durante] os cinco anos anteriores a essa medida, os escravos constituíram um terço do total de importações. Acabando com esse gasto, o Brasil chegou a um superávit em sua balança comercial, que continuou por quase todos os últimos anos do Império. A abolição do tráfico de escravos também liberou um capital que poderia ser usado para ferrovias comércio agricultura e transações bancárias”. (p. 36)

Houve reorientação do capital mercantil, que privilegiava o lucrativo comércio de escravos negros do oceano atlântico. Anteriormente o espírito comercial e industrial do país resumia-se na importação e venda de africanos, já após a extinção do tráfico, a abundância desse capital poderia ser utilizada para construção de ferrovias, para formação de companhias, para o comércio, para agricultura e transações bancárias, estas resultantes de uma maior quantidade de dinheiro sem destinação específica na praça (Nabuco: 2000). Daí a criação de novos bancos, como o Comercial de Pernambuco e principalmente o do Brasil de Mauá.

Um cálculo realizado por Pacheco (1980), que o próprio autor o classificou como impreciso, mostrou que o valor dos escravos para o Brasil trazidos variava de 50.000 a

²³ Sustentando o modelo, os ingleses pregavam o livre comércio para garantir demanda externa aos produtos de sua indústria em ascensão, já que sofreriam praticamente nenhuma competição devido ao atraso tecnológico dos países escravistas, já que eram basicamente fornecedores de matérias primas e exportadores commodities.

²⁴ Lei de número 531.

60.000 contos, e a média de preço unitário era algo em torno de quatrocentos mil-réis. Soma-se um valor anual de importação de 20.000 a 24.000 contos. Este resultado era um custo de oportunidade oneroso em detrimento de outros empreendimentos que poderiam desenvolver a economia, pois representava cerca de um terço da pauta importadora, que somou mais de 79.000 contos, em 1850.

A partir do Código Comercial²⁵, a atividade bancária se destaca ainda mais na atração do capital ocioso já que a operação de bancos foi legalizada, bem como a profissão banqueiro.

De acordo com o código comercial (1850):

“Art. 119 - São considerados banqueiros os comerciantes que têm por profissão habitual do seu comércio as operações chamadas de Banco. Art. 120 - As operações de Banco serão decididas e julgadas pelas regras gerais dos contratos estabelecidos neste Código, que forem aplicáveis segundo a natureza de cada uma das transações que se operarem.”

Além disso, o código comercial previa a formação de sociedades anônimas, ou seja, garantias legais a uma diferente forma de organização de empresas, que além de estarem presentes nos bancos então organizados, possibilitou o surgimento de empresas no setor de serviços e de infra-estrutura.

De acordo com o Código Comercial (1850):

*“Art. 295 - As companhias ou sociedades anônimas, designadas pelo objeto ou empresa a que se destinam, sem firma social, e administradas por mandatários revogáveis, sócios ou não sócios, só podem estabelecer-se por tempo determinado, e com autorização do Governo, dependente da aprovação do Corpo Legislativo quando hajam de gozar de algum privilégio: e devem provar-se por escritura pública, ou pelos seus estatutos, e pelo ato do Poder que as houver autorizado.
Art. 297 - O capital das companhias divide-se em ações, e estas podem ser subdivididas em frações.”*

²⁵ A lei número 556 de 25 de junho de 1850 criou o Código Comercial.

Desta forma, respaldada por dispositivos legais, a instalação de estabelecimentos bancários poderia favorecer melhores condições para o surgimento de novos negócios. Mais bancos significaria mais descontos de títulos, de letras de câmbio e mais depósitos, para facilitar as transações comerciais crescentes que estavam ocorrendo no Brasil durante a década de 1850. Um indicador disto era que a relação moeda em poder do público e estoque de moeda declinou na década, representando o estabelecimento e o crescimento das atividades bancárias (Peláez e Suzigan: 1976).

II.1.2 - Banco do Brasil de Mauá

O Banco Comercial do Rio de Janeiro mesmo apresentando bons resultados na emissão, no redesconto e no aumento do capital, foi alvo de críticas. O argumento era que não satisfazia as necessidades da praça do Rio, um estabelecimento bancário para quase 200.000 habitantes (Franco: 1848). Além disto, o uso da permissão para emitir vales, no período de 1839 até 1853, foi moderado, já que a média de suas emissões foi de apenas 282 contos, sendo a emissão a máxima de 335 contos em 1845, chegando a quase estancar de 1848 a 1851 atingindo quantias de apenas 5 contos (Soares: 1865). Müller concorda com os ataques, ao mostrar que apesar de ter alcançado um montante 29 vezes superior às primeiras emissões, o banco manteve-se dentro das diretrizes do governo imperial e vai mais além questionando os impactos desta atuação bancária.

De Acordo com Müller (1999):

“[se] é possível afirmar que os vales do Banco Comercial do Rio de Janeiro não chegaram a provocar nenhuma instabilidade monetária é mais difícil avaliar o peso relativo desta emissão privada na composição do meio circulante fluminense”. (p.19)

Em meio a este contexto, Mauá reforça os argumentos de ataque ao único banco da cidade ao evidenciar que os negócios locais não eram plenamente atendidos. Para ele, a presente instituição bancária favorecia apenas um seleto grupo de comerciantes da praça do Rio, principalmente ligados ao comércio externo, em detrimento dos setores ligados a indústria e à agricultura, devido à natureza de curto prazo das operações de empréstimo.

Desta forma, com o Código Comercial já em vigor e com uma maior disponibilidade de capitais provenientes da extinção do comércio negreiro, Mauá associou-se²⁶ a um grupo de empresários, importantes comerciantes e corretores, objetivando a criação de uma empresa financeira que pudesse preencher as lacunas que acreditavam existir na economia do Rio. Após o desenvolvimento do projeto, em 2 de março de 1851, Mauá foi eleito presidente do Banco do Comércio e da Indústria do Brasil, que reuniu um capital de 10.000 contos²⁷, um empreendimento com duas vezes mais capital inicial que o Banco Comercial do Rio de Janeiro. O volumoso montante correspondia a quase um terço do valor do orçamento do Império que estava estimado em cerca de 32 mil contos, um investimento grande para os padrões da época (Pacheco: 1980).

Ele poderia emitir vales de valor de face de 200 mil réis no mínimo, com prazos de vencimento de cinco dias. O total emitido não poderia exceder 50% do seu encaixe, de acordo com sua carta patente. Poderia também operar descontos de letras da terra, de câmbio, títulos de companhia, títulos de particulares, inclusive papéis do Governo. Os empréstimos poderiam ser sobre penhores de ouro, sobre prata, sobre diamantes, sobre títulos em geral, sobre ações do próprio banco e até sobre gêneros de produção nacional ou estrangeira. Também era permitida a movimentação de fundos entre províncias, como também fora do Império.

O novo estabelecimento transformou a natureza do financiamento no Rio de Janeiro, ao apresentar um formato alternativo da oferta de crédito. Antes dele, esta oferta era dominada por prestamistas individuais – comissários que intermediavam as operações de empréstimo do Banco Comercial –, agora, passou-se a executar procedimentos de acordo com a ótica da intermediação financeira. Os recursos financeiros eram captados dos agentes superavitários por uma agência bancária e emprestados pela mesma aos deficitários, substituindo a intermediação de relações pessoais no negócio financeiro (Müller: 2004).

²⁶ Mauá acreditava que o progresso estava no “espírito de associação”, ao analisar a prosperidade inglesa e dos Estados Unidos, os quais ela tinha sido alcançada através da criação de sociedades anônimas (Caldeira: 1998) e (Peláez e Suzigan: 1976).

²⁷ Mauá em apenas 3 semanas juntou 33 vezes mais dinheiro que o necessário para um investimento em Ponta de Areia, graças ao dinheiro sobrado do tráfico (Caldeira 1998).

Além disso, este banco expandiu suas atividades para outras províncias, abrindo filiais²⁸ no Rio Grande do Sul e em São Paulo.

A disposição estatutária que permitia a emissão de vales com prazos de resgate determinados estava presente tanto nas cartas patentes dos bancos que se proliferaram em 1840 quanto no Banco do Brasil de Mauá. Como o resgate dos vales não era uma obrigatoriedade, além do baixo rendimento, eles acabaram circulando como verdadeiras moedas. Acabava-se então delegando o poder de emissão a estes estabelecimentos. Este poder na mão de particulares não era pacífico, e grupos mais conservadores acreditavam que tal poder deveria ser de exclusividade governamental.

II.1.3 - A concorrência bancária

Em 1852, as operações do Banco do Brasil de Mauá começaram com bastante fôlego frente às demais instituições existentes na época. Realizou emissões de 1.594 contos já em seu primeiro ano de operação. No ano seguinte, elas cresceram 21% atingindo 1.937 contos e 600 mil réis. Tal movimento de crescimento do estoque de bilhetes bancários promoveu uma vertiginosa guinada na ação emissora do Banco Comercial do Rio de Janeiro, seu único concorrente. Desafiado e estimulado, aumentou o número de letras emitidas de 5 contos, no ano anterior, para 257 contos e 700 mil réis em 1852, e para 1.574 contos em 1853, acompanhando as expansões de seu concorrente.

Assim, a circulação monetária se enriquecia com muito mais vales emitidos. Eram trocados independentemente dos vencimentos, chegando inclusive a serem devolvidos pelos bancos aos fregueses no bolso de pagamentos. Este movimento, mostrava que as letras se comportavam mais como moeda corrente do que como simples títulos de crédito. A não obrigatoriedade da conversão dentro do prazo e as fracas remunerações de depósitos tornavam vantajoso aos clientes não descontarem os bilhetes nos caixas dos bancos (Cláudio Pacheco: 1979).

²⁸ A abertura destas filiais tinha como objetivo facilitar o comércio da carne verde, entre a Corte e as províncias do Sul, pois seus principais acionistas incluindo Mauá faziam parte do negócio do produto (Guimarães: 1997).

Mas, para os bancos, a conversibilidade das letras em moeda forte poderia se tornar um poderoso instrumento no jogo bancário. Os estabelecimentos acumulavam grandes porções de bilhetes a serem descontados mediante o respectivo caixa da unidade emissora. Este jogo²⁹ testava a capacidade de pagamento da unidade emissora e também sinalizava aos seus participantes para que houvesse cautela e prudência nas emissões, já que uma grande porção podia ser descontada e deveria haver liquidez para que não houvesse quebra. Neste sentido, havia regulação bancária já que os estabelecimentos exerciam um controle indireto no lançamento dos bilhetes, na medida em que um banco seria mais cauteloso em suas emissões para se precaver de um grande volume de resgate de suas emissões por parte de outro.

Mesmo que o Banco do Brasil de Mauá tenha reforçado direta e indiretamente as emissões privadas na cidade, os dados apresentados mostram que o peso relativo destes papéis-moeda crescia, mas tinham um pequeno impacto no estoque total de moeda. Dos 50.315 contos de réis em circulação, apenas 3.631 tinha origem bancária, ou seja, mais de 90% da circulação de papéis tinham como origem o Tesouro Nacional, somando 46.684 contos de réis em 1852.

Contudo, uma outra visão, que é a contida na maioria da esfera governamental, classificou a ação dos bancos como ameaçadora ao poder público. A corrente mais conservadora defendia que o governo seria o único competente para emitir a moeda necessária a suprir as demandas por liquidez nas transações ou autorizar instituições para que o fizessem de maneira regulamentada. A estrutura menos rígida vigente, que transformou as letras emitidas em nova espécie de meio circulante, ofendia os princípios dos conservadores. Além disto, o jogo bancário era interpretado como obstáculo à marcha transacional dos estabelecimentos, ao passo que não era regulamentada por uma esfera de poder.

²⁹ Andrada (1923), Cláudio Pacheco (1979) e Soares (1865).

II.2 – Fundação de um novo banco do Governo

II.2.1 - Imperfeições do Sistema

O sistema bancário se apresentava assimétrico do ponto de vista econômico. A circulação de diferentes notas bancárias dificultava o estabelecimento de preços relativos. Além disso, os bancos emissores existentes possuíam caráter provincial o que dificultava a circulação e o reembolso dos bilhetes em localidades distintas do Império.

De acordo com Calógeras (1960):

“o tipo de instituição adotado mostrava-se economicamente defeituoso. A circulação dos bilhetes era restringida pela pouca facilidade do reembolso, somente possível no banco correspondente. Segundo o crédito de cada estabelecimento, estabelecia-se uma espécie de câmbio interno entre os papéis de várias proveniências, favorecendo a circulação mais depreciada e ainda em detrimento do instituto mais sólido, que se arriscava em pouco tem a ver toda sua emissão refluir-le à caixa e converter-se em espécie corrente – metal ou papel moeda do Tesouro”.(p. 99)

Como não era possível descontar notas de um determinado estabelecimento em outro, o sistema ficava menos ágil. Além disso, também de acordo com o autor acima, devido ao caráter provincial da circulação – as notas só poderiam circular na área em que o determinado banco estivesse estabelecido – a totalidade de remessas numerárias para outras praças exigia a troca preliminar dos bilhetes em moeda forte – metálica ou papel moeda emitido pelo tesouro – tornando as trocas lentas e onerosas.

Assim, os fatores juntos contribuíam diretamente para a vagariedade do sistema, configurando verdadeiros limitantes as operacionalidades dos então bancos de emissão. Também por tais fatores, os bancos se viam na necessidade de aumentar os estoques de moeda oficial para estarem em condições de reembolsar os bilhetes seja na mesma praça ou para remessas a outras. Tal ponto, nesta linha de raciocínio, constituiu uma causa de dificuldades monetárias, contribuindo para a discussão de uma reforma do sistema.

II.2.2 - As idéias e as críticas de Itaboraí

Rodrigues Torres era apontado já em 1843 como um dos homens mais respeitados nos círculos de governo do Segundo Reinado. Já fazia parte da direção do Partido Conservador do Rio, sendo considerado uma pessoa de vida particular virtuosa e dotado de habilidade financeira rígida. Era tido como o financeiro de confiança do próprio Imperador, segundo o Marquês do Paraná. Seu primeiro cargo público de expressão foi a pasta da Marinha em 1831. Após reassumir este ministério, ser eleito deputado e senador nos anos seguintes, marcou sua trajetória política crescente ao voltar, em 1848, para a pasta da Fazenda, quando passa a se pronunciar sobre a questão bancária do Império (Pacheco: 1979).

Inicialmente Torres fomentava junto às esferas de poder uma idéia de oposição aos bancos de emissão. Para ele, era indispensável fixar o valor do estoque de moeda sendo inconcebível combinar existência dos emissores com o resgate da massa de papel circulante. Os efeitos das notas resgatadas poderiam ser facilmente anulados por uma ação privada, os resultados seriam apenas custos ao Governo no final. Bancos só seriam aceitáveis caso estivessem compromissados no resgate fiduciário e quando o papel excedente fosse completamente resgatado, restando apenas o necessário para as transações.

Porém, em maio de 1853, durante a cerimônia de abertura da sessão legislativa, do Trono, seguiam as seguintes recomendações do Imperador:

“[recomendo-vos] a criação de um banco solidamente construído, que dê atividade e expansão às operações do comércio e da industria. Nas circunstâncias em que felizmente já nos achamos, semelhante instituição é um elemento indispensável à nossa organização econômica”. (Caldeira, 1998:266)

A partir de então³⁰, ocorre uma mudança no discurso de Torres ao sentido favorável a este tipo de instituição. Apontando elementos de conjuntura econômica, argumentou que o aumento da riqueza pública - de 1838 a 1852 cresceu anualmente de 4 a 6%³¹ - e o crescimento da atividade comercial – as exportações cresceram de 67.788 contos em 1850 para 76.842 contos em 1853, sendo o total transacionado de 144.707 contos para 161.008

³⁰ As figuras públicas sabiam que contrariar um desejo do imperador significava o fim de uma carreira política devido à ausência de fissuras no sistema de poder (Caldeira: 1998).

³¹ De 1837 a 1838, crescimento na razão de 11,5%. No período de 1842-43 e 1848-49, as rendas públicas foram inferiores a 4% (Andrada: 1923).

contos no mesmo período³² -, frente à insuficiência do papel-moeda³³ aliados ao espírito industrial e a relativa tranqüilidade política criaram as circunstâncias suficientes para a implementação de um projeto bancário, de acordo com o desejo do monarca, e em conformidade com os ideais conservadores.

Sua preocupação se concentrava no impacto nos preços e nos produtos a partir das flutuações do estoque monetário. De acordo com seu raciocínio, o estoque de papel moeda deveria corresponder somente ao necessário para os volumes de negócios, de maneira que haveria entrada de metais na economia quando as transações necessitassem de um montante maior de moeda, forçando um ajuste automático do estoque. Este deveria consistir parcialmente em metais, para transações e ajustes fracionários e em papel-moeda no volume exigido para os fluxos econômicos. Seguiu a linha metalista ao acreditar que a lei de 1846³⁴ era um meio de se obter estabilidade, contudo tangencia os papelistas ao defender a intervenção do governo para promover desenvolvimento através de emissões centralizadas em um estabelecimento oficial, uma volta ao metalismo devido a tal centralização.

Criticou o sistema vigente ao afirmar que os vales privados emitidos concorreriam com as notas fiduciárias do Tesouro, provocando a desvalorização das notas oficiais. Além disso, Rodrigues Torres chamara a atenção para a influência das notas sobre as moedas metálicas, de maneira que os vales bancários, por constituírem um componente deficiente do estoque de moeda, tenderiam a expulsar os metais de circulação de acordo com os resultados da Lei de Gresham. Para ele, manter a atual estrutura bancária seria a continuidade de dois princípios que mutuamente se repelem.

De acordo com Rodrigues Torres, em Caldeira (1998):

“[a] concorrência entre bancos, senhores, tem sido a causa principal de quase todas as crises comerciais. É a porfia em que cada um luta para fazer mais negócios, aliciar mais fregueses por dar maiores dividendos a seus acionistas que de ordinário ocasiona a facilidade de se descontarem títulos sem as necessárias garantias; que faz baixar

³² As importações em 1850 foram de 79.919 contos e de 87.363 contos para o ano de 1853 (Calógeras: 1960).

³³ Devia-se, em menor escala, às limitações de circulação, que era provincial, e, em maior escala, à necessidade de cumprir com rigor o lastro devido ao reembolso e às remessas entre praças frente ao estoque metálico reduzido de 16.000 a 20.000 contos. Andrada (1923) e Peláez e Suzigan (1976).

³⁴ Quando a paridade fixa de 27 *pences* por mil réis foi estabelecida.

demasiadamente os juros que excita empresa aleatórias; que faz desaparecer do mercado os capitais disponíveis, reais, para os substituir por capitais fictícios ou de imaginação; é a rivalidade entre os bancos que concorre poderosamente para produzir as quebras, a ruína, o desespero das famílias quando chega o dia em que esta fantasmagoria desaparece. A concorrência entre os bancos prepara para os produtos ávidos e imprudentes essas elevações da fortuna, essas quedas precipitadas que dão ao trabalho e à indústria todos os delírios, todas as angústias do jogo” (p. 267)

A mudança ideológica está no instante em que o foco deixa de ser o tipo de estabelecimento bancário para o tipo de sistema bancário. Anteriormente, sua visão apontava para emissões causando deturpações ao padrão monetário. Entretanto, com a vontade expressada pelo Imperador, a quem jamais iria contra, as críticas são destinadas à pluralidade da emissão como a responsável por pressões monetárias, ameaças de inflação e até pela má aplicação de recursos creditícios que, resultando em falências e quebras. Desta forma, com o apoio Imperial, o futuro Visconde de Itaboraí pôs em prática um projeto que objetivava centralizar o sistema bancário e restabelecer a circulação metálica no sentido do padrão ouro.

II.2.3 - A lei bancária de 1853

A estratégia adotada para a elaboração do empreendimento estatal era a elaboração de um banco oficial a partir de dinheiro de particulares. O argumento era que a imperfeição dos bancos existentes estava centrada na má aplicação de recursos, principalmente no que se diz respeito às aplicações em ações. Além disso, somavam-se as declarações públicas do próprio Ministro da Fazenda de que os bancos eram inseguros, ou seja, de que não poderiam garantir suas operações sem a ajuda estatal. Em 1853, depois da declaração feita, uma corrida bancária se iniciou, provocada pela movimentação dos investidores mais precavidos (Caldeira: 1998). Os dois maiores bancos do Império, até então considerados solidamente instituídos, suspenderam operações de empréstimos por problemas de liquidez para reforçar seus respectivos caixas, na medida em que havia cada vez maiores saques de dinheiro e reembolso dos bilhetes, frente à expansão das transações de crédito do período anterior. Como resultado observou-se o aumento dos juros devido à queda na oferta de crédito (Peláez e Suzigan: 1976)

Desta forma, sem alternativas, os presidentes e diretores dos respectivos estabelecimentos aceitaram a proposta de fusão e transição de propriedade para o Governo. Prontamente Torres disponibilizou um empréstimo para auxílio de liquidez, no valor de 600 contos em notas do Tesouro, para solução ao nervosismo causado no mercado. Somente o Banco do Brasil de Mauá teve acesso à quantia, devido ao maior número de transações e frentes de investimento e de crédito que até então não haviam trazido o retorno desejado³⁵. Assim marcou-se o sucesso da estratégia do futuro visconde, que ao manipular a informação e os temores do mercado provou que sem o auxílio a praça não se livraria dos sofrimentos causados pelas atividades das instituições privadas.

Como já era previsto, o projeto, exposto inicialmente no senado³⁶ e posteriormente na Câmara, transformou-se em lei³⁷. Assim, com apenas um ato, pode-se reunir grande parte do capital necessário para o estabelecimento bancário, além de marcar um grande passo ao monopólio de emissões com a fusão das duas maiores instituições emissoras.

Recebendo o nome de Banco do Brasil - conhecido historicamente como segundo Banco do Brasil, apesar de ser a quarta instituição com esse nome³⁸ - este compôs um instituto operacional de descontos, depósitos e emissões. Os descontos recaíam sobre letras de câmbio, da terra e demais títulos comerciais. Já os depósitos, consistiam no recebimento de dinheiro em moeda corrente (metálica ou papel-moeda) e empréstimos.

No tocante a faculdade emissora, as notas emitidas aos portadores eram conversíveis à vista, realizáveis em moeda corrente, com a propriedade de curso nas repartições públicas, uma importante diferença entre esta e as instituições privadas existentes até então. As cédulas da Corte e província do Rio de Janeiro teriam valor mínimo de 20 mil réis enquanto as cédulas emitidas por suas filiais, nas demais províncias, teriam o valor mínimo de 10 mil réis. Tanto na corte como nas filiais provinciais, o limite de emissão era o dobro do fundo

³⁵ Eram quatro grandes frentes de investimentos abertas: empréstimos ao governo uruguaio, estrada de ferro, companhia de gás e a navegação do Amazonas (Caldeira: 1998).

³⁶ Onde foi assinado por expressivos financistas como Alves Branco, Paraná, Pimenta Bueno e Montezuma (Andrada: 1923).

³⁷ Decreto de número 683 de 5 de julho de 1853.

³⁸ O primeiro Banco do Brasil foi estabelecido em 1808, o segundo não passou de um ato legislativo em 1833. A terceira instituição a possuir tal nome foi o Banco do Brasil de Mauá, contudo este não era uma instituição do governo.

disponível³⁹, não podendo também exceder a importância dos descontos, dos empréstimos sob penhor de ouro e de prata e de títulos que representassem legítimas transações comerciais. As únicas hipóteses em que se poderia expandir as emissões eram: por decreto do Governo – sem aumento de lastro; e mediante ao troco de notas por moeda corrente, desde que preservadas no caixa ou no fundo disponível - aumentando o lastro.

Esta concessão era acompanhada da responsabilidade do resgate do papel do Estado, as cédulas emitidas pelo Tesouro, retirando de circulação o montante de 2.000 contos por ano. Os primeiros 10.000 contos recolhidos seriam fornecidos pelo governo como empréstimos sem incidência de juros durante a vigência do privilégio. No término do prazo de duração do banco, o Tesouro o reembolsaria em espécie ou em títulos da dívida interna a 6% ao ano, desde que o montante recolhido ultrapassasse a quantia acima definida. Também ao resgate, destinava-se a terça parte de todo aumento de capital acima do fixado (Andrada: 1923).

Com duração de 30 anos, o banco teria um capital inicial de 30.000 contos. Grande parte deste foi rapidamente subscrito, já que 80.000 das 150.000 ações – com valor de 200 mil réis cada uma – foram pagas como produto da liquidação dos dois bancos aos seus acionistas, 50.000 aos do Bando do Brasil de Mauá e 30.000 ao Banco Comercial. Do restante, 30.000 ações foram destinadas a subscrição pública no Rio de Janeiro, ocorrendo uma intensa especulação à medida que os 3.087 pretendentes produziram uma demanda relativa a 254.305 ações, quase oito vezes e meia o nível destinado à subscrição. Por determinação oficial, aqueles que pagassem o ágio de 10% sobre o valor nominal teriam preferência, entrando 600 contos no cofre do Tesouro, posteriormente destinados ao melhoramento do calçamento do Império (Calógeras: 1960).

Já as 40.000 ações restantes se reservariam para a fundação de Caixas Filiais. De acordo com a política estabelecida, através destas, o Segundo Banco do Brasil iria absorver os bancos de emissão nos outros estados com o objetivo de transformá-los em sucursais, na ótica de um projeto de controle de bancos e do crédito, tendo o estabelecimento de uma rede de filiais como instrumento. As primeiras agências foram as filiais de São Paulo e do

³⁹ Considerava-se como fundo disponível do Banco, para cálculos de emissão, moeda corrente ou barras de 22 quilates, excluindo os valores a prêmio ou em conta corrente. Andrada (1923) e Peláez e Suzigan (1976).

Rio grande do Sul, e do Banco de Mauá. Posteriormente, em 1854, uma nova agência foi criada em Ouro Preto por decreto do Governo e, em 1855, outro decreto garantiu o funcionamento dos antigos institutos de emissão⁴⁰ como sucursais do mais novo Banco do Governo, completando assim o projeto de um banco único com filiais formadas por estabelecimentos regionais.

⁴⁰ Maioria das sucursais era bancos emissores oriundos da década de 1840 tais como: Banco da Bahia, Banco de Pernambuco (1851), Banco do Pará e Banco do Maranhão.

CAPÍTULO III - IMPACTOS NO SISTEMA MONETÁRIO

III.1 - Afirmação do novo princípio

O princípio da unidade de emissão passou a ser exercido, na prática, pelo segundo Banco do Brasil, através de decisões administrativas legais. A exemplo disso, pode-se apontar a extinção da função emissora do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Mauá, Mac Gregor e Cia.

Organizado no formato de sociedade anônima, o Banco Rural e Hipotecário fora composto com um capital inicial de 8.000 contos de réis, e dirigido pelo fazendeiro e deputado da província do Rio de Janeiro Belarmino Siqueira juntamente com mais três negociantes⁴¹ importantes. Começando a funcionar em 1854, constituiu-se no único estabelecimento criado no período a negociar empréstimos aceitando hipotecas de bens de raiz e de propriedades urbanas e rurais como garantias (Guimarães:1999). Contudo, antes mesmo de seu lançamento oficial, o provento de fonte emissora foi negado a este empreendimento, transparecendo assim o propósito governamental.

O Banco Mauá, Mac Gregor e Cia surgiu em 1855, organizado no formato de sociedade em comandita por ações. Este formato tinha como vantagem uma dependência de apenas um registro na Junta Comercial. Assim, era possível se desvencilhar do rígido controle imposto pelo Governo às sociedades anônimas, exercidas através do Código Comercial, conforme as palavras do próprio Barão de Mauá:

“[a] forma encontrada para funcionar a nova sociedade fora do arbítrio governativo que estavam sujeitas as sociedades anônimas, existindo no código a disposição exorbitante de poderem ser dissolvidas administrativamente sem a intervenção dos votos dos acionistas, o que tratando-se do emprego do capital parecia-me uma anomalia”.(Caldeira, 1998:278)

Além de Mauá, João Inácio Tavares – ex-diretor do Banco do Brasil de Mauá - e Alexander Mac Gregor – negociante nascido em Liverpool – compuseram a diretoria da empresa. Mauá e José Henrique Reynell de Castro – sócio da Carruthers, Castro & Co –

⁴¹ João Pedro Saião, João Batista Fonseca e Antonio Ribeiro Forbes.

eram responsáveis pela gerência. O capital do Banco era de 20.000 contos de réis, sendo que metade deste fora realizado já em sua fundação. O que também chama atenção nessa empresa é a sua expansão internacional, através da abertura de agências na Europa e nos Estados Unidos, como nas praças de Londres e de Nova Iorque. Porém, tais qualidades não eram relevantes à política de emissão do governo. Em março de 1855 o Governo ordenou o recolhimento imediato de vales com cinco dias de vencimento emitidos pelo Banco Mauá.

Desta forma, a coibição do lançamento de vales evidenciava o rigor da emissão de notas a serem promovidas por apenas um estabelecimento, o único autorizado legislativamente para tal função, que era vista, por um lado, como uma importante ferramenta para o alargamento do estoque de moeda, e por outro lado como uma perigosa possibilidade de abusos no lançamento de notas na economia.

III.2 - O início das operações

Em abril de 1854, o Banco do Brasil inicia suas atividades acompanhadas de suas primeiras emissões. Até junho de 1855, observou-se um impulso emissor expansionista fortemente incentivado por descontos de títulos comerciais. Também fomentava o impulso gerado a troca de seus novos bilhetes pelos das espécies correntes: notas dos bancos antigos, notas fiduciárias do Tesouro e metais.

Inicialmente as emissões estiveram em um patamar bem abaixo do determinado, o qual era o dobro dos fundos disponíveis - valores que o banco tivesse efetivamente em caixa. Nos primeiros vinte dias de operação, os movimentos foram concentrados na troca de suas notas pelas circulantes na praça, emitindo na casa de 2.800 contos, possuindo 4.800 contos no encaixe. Contudo, nos dois meses subsequentes, as emissões passaram a crescer a taxas superiores ao crescimento da reserva. De abril para maio, as emissões cresceram 126% e no mês seguinte se elevaram em mais 33% chegando a mais de 8.600 contos, enquanto as reservas aumentaram em 5% e 10% para os respectivos meses, representando um valor superior a 5.600 contos.

Os dados, referentes aos três primeiros meses de operação, já apresentavam um estoque de moeda emitida muito superior aos resultados obtidos até 1853 pelos bancos

privados. As notas emitidas eram 653% superiores às letras bancárias em circulação, que somavam 1147 contos até 1850, e 55% maiores em 1853⁴², que alcançavam 5.569 contos. Contudo, o crescimento ascendente da circulação das novas notas ainda era inferior aos 46.693 contos de notas do Tesouro Nacional, estas 82% superiores.

Para avaliar se o Banco operava prudentemente⁴³, ou seja, se possuía liquidez frente ao resgate pelos clientes das notas por metais, é preciso confrontar as emissões com o seu encaixe bancário. A diferença entre emissões com o encaixe resulta um fundo de reserva. Quando as emissões forem maiores que o encaixe, o resultado indica a quantidade de notas geradas por efeito de multiplicação bancária e também um montante a ser preservado para segurança de liquidez. Ao subtrair o valor do fundo de reserva com o encaixe, teremos a capacidade de troco do estabelecimento financeiro. O importante deste indicador é que, quando esta capacidade indicar um valor negativo, este será exatamente o quanto foi emitido a mais que o dobro do fundo. Assim, quando a taxa de troco⁴⁴ estiver se aproximando do zero, pode ser que um aumento de emissões no período seguinte possa provocar um rompimento do fundo, se tudo mais constante.

No primeiro mês, a capacidade de troco era total, já que as notas emitidas eram inferiores ao encaixe. Mas, no período seguinte, o alargamento emissor diminuiu a taxa de troco de 100% para cerca de 57%, com 3.718 contos de troco, reduzindo-se ainda mais no mês posterior para 30%, algo em torno de 2.600 contos de troco.

Mesmo que a taxa de troco tenha evidenciado uma aproximação perigosa ao limite para emitir, o impulso da expansão continuou nos meses seguintes. De julho a dezembro deste ano, as emissões cresceram a uma taxa média de 9%⁴⁵, fechando o ano com 14.564

⁴² Os mais de 5.500 contos de bilhetes emitidos em circulação, neste ano, deviam-se primordialmente a presença do Banco do Brasil de Mauá, chegando a emitir quase 2.000 contos e trazendo no empuxo o Banco Comercial com mais de 1500 contos em bilhetes. Assim as emissões de 1853 correspondiam a mais de 60% de letras em circulação até então.

⁴³ De forma a sobreviver a um período de fortes retiradas. Segundo Schulz (1996), a prudência bancária inglesa ditava que os cofres deveriam conter dinheiro equivalente a um terço das obrigações. Porém, no Brasil, a determinação legal até a presente data era a metade das obrigações.

⁴⁴ Taxa de troco = (Capacidade de Troco/Emissões - 1) x 100

⁴⁵ No período apontado, a taxa mais alta de crescimento das emissões foi a de outubro, ficando em 18% com emissões de 12.015 contos – acréscimo de 1803 contos -, enquanto a mais baixa foi a de agosto, em que quase não houve crescimento ficando bem próximo de zero, reunindo 9031 contos emitidos até então. Contudo, a emissão de maio foi a maior, acrescentando 3634 contos, ao representar uma taxa de 126% na expansão emissora.

contos emitidos, quase 70% notas a mais que no terceiro mês de operação, frente ao crescimento médio de 6% do encaixe bancário. O perigo estava justamente na pequena taxa de troco, pouco mais de 8%. Era necessário expandir o fundo de reserva, que já estava ocupando 80% do encaixe, ou diminuir as emissões, para garantir liquidez frente a retiradas, e se manter dentro da regra da emissão ao dobro dos fundos disponíveis.

III.3 - Expansões e o rompimento da relação emissão e fundo disponível

Não somente o troco dos bilhetes ou as elevadas expansões do meio circulante foram os responsáveis pela queda na relação entre os fundos disponíveis e as letras emitidas. Os deslocamentos de metal do encaixe também podem ser relacionados como um fator importante. A exemplo disso, em janeiro de 1855, houve uma exigência de metal nas províncias do norte para compra de escravos e financiamento de colheitas. Isso provocou o envio de metais do fundo disponível, principalmente o estoque reservado de ouro, a essas regiões, diminuindo assim o lastro das notas do estabelecimento.

Como forma de solucionar o vazamento do fundo, a diretoria procurou as respectivas direções do Banco da Bahia e do Banco de Pernambuco – ainda não se tinha concluído o processo de incorporação desses estabelecimentos para se tornarem caixas filiais⁴⁶ – para abertura de um crédito recíproco. O objetivo era a movimentação de fundos para se manter dentro da regra estabelecida, de emissões ao duplo dos recursos disponíveis, e para diminuir a intensidade da queda do lastro. Além disso, letras de câmbio foram tomadas para a importação de metal, sendo que parte destas letras já estaria em viagem.

Pelo fato destas medidas não produzirem efeitos no curto prazo, o fundo disponível não poderia crescer imediatamente, pois os acordos com os outros bancos eram de lenta execução. Era baixa a velocidade nas comunicações, e o transporte de metais era vagaroso, tanto para transferência de fundos quanto à importação.

A queda do fluxo emissor em 1% de janeiro a fevereiro, e estabilização em março por volta de 15.100 contos emitidos, não foram suficientes para equilibrarem as contas. A

⁴⁶ Em fins de 1854 e princípio de 1855 foram aprovados os estatutos das caixas de Minas, Bahia, Pernambuco, Maranhão, Pará, contudo, no decurso do ano de 1856 é que se fundarão as determinadas agências, com também São Paulo e Rio Grande do Sul. Andrada (1923) e Peláez e Suzigan (1976).

retirada de moeda provocou quedas no encaixe de 2% e 6% respectivamente. Uma diferença de quase 600 contos entre as emissões e o fundo disponível gerou o primeiro rompimento estatutário. As emissões eram de 15.112 contos e o duplo do fundo disponível era de 14.766 contos.

Argumentando que as notas do banco não refluem, como também seu valor na praça não estaria depreciado, a diretoria solicitou ao governo uma ação para que a instituição pudesse manter suas operações dentro da legalidade. Seria uma medida para evitar esforços que dificultariam o desenvolvimento financeiro da praça, na medida em que a instituição não queria recolher notas nem tão pouco evitar aumentar a taxa de desconto. Ou seja, o banco pretendia não evitar novas transações e nem restringir o volume de operações, que somente seria possível através de uma ação do governo para elevar a permissão de emissão ao triplo dos recursos disponíveis.

De acordo com Andrada (1923):

“[a] mania das especulações em ações de companhias generalizou-se. Para alimenta-la, não se vacilou ante o abuso de crédito, estimulado pelo dinheiro fácil das emissões, abuso que se corporificou, principalmente, no endosso e aceite de letras de favor e outros títulos, praga que tem lavrado tristes resultados”. (p. 51)

A excitação dos negócios, caracterizada por especulações no jogo sobre ações de companhias, foi atribuída ao efeito da multiplicação dos meios de troca. Assim, sob pressão da praça do Rio, a administração do banco buscou auxílio da fazenda para conter uma possível marcha precipitada a uma crise. De forma receosa, enfatizando que o Banco do Brasil deveria constituir-se num regulador monetário, concedendo recursos somente sob caução de legítimos títulos comerciais, o Governo autorizou⁴⁷, sob algumas condições, o triplo do fundo, para manter o equilíbrio entre a soma de operações e a massa do meio circulante.

De acordo com o parecer da secção de Fazenda⁴⁸ (1855):

“[para] acautelar, pois, quanto possível, o abuso que se possa fazer da faculdade de maior emissão, é de parecer: 1- que V.M.I. lhe conceda somente por um ano; 2- que o banco

⁴⁷ Decreto 1561 em 2 de abril de 1855.

⁴⁸ Contendo as assinaturas de Itaboraí, Jequitinhonha e Caravellas. O Ministro da Fazenda era o Marquês de Paraná.

remeta diariamente ao Tesouro um balancete que demonstre o estado de seus cofres e operações; 3- que aproveite o acréscimo da emissão especialmente para importar metais a fim de fortalecer seu fundo disponível; 4 – que se insista com a diretoria para que instale o quanto antes as caixas filiais; 5 – finalmente, que o Governo procure, pelos meios que julgar mais apropriados, fazer com que a diretoria proceda de modo que, no fim do prazo acima indicado, o banco não conserve em circulação maior número de notas que o duplo do fundo disponível.”

Desta forma, o governo queria impedir um comportamento imprudente, que seria o aumento das emissões para fornecer direta ou indiretamente quantias necessárias aos interesses dos jogadores de ações. Emissões ao triplo do encaixe permitiriam lançar a circulação mais de 7.000 contos. A esfera de poder temia que tal soma tivesse influência negativa no câmbio – produzindo inflação devido ao elevado grau de importação – através da depreciação do meio circulante, e uma conseqüente exportação de metais, que prejudicaria ainda mais o fundo disponível. Pelo lado do banco, a diretoria ficava bem defendida quanto a emissões irregulares.

O Banco do Brasil conclui seu primeiro ano de atividade em grau relativamente elevado de expansão monetária. Do mês de abril de 1854 ao de junho de 1855, o meio circulante de papel somava 16.686 contos, um aumento de 480% frente às primeiras emissões. Além disso, quase 70% do seu capital já tinha sido subscrito e suas operações financeiras se concentraram fortemente no redesconto de títulos comerciais, somando um total de 99.000 contos, uma grande soma para a época e a principal fonte do crescimento do estabelecimento (Peláez e Suzigan: 1976).

III.4 – A gestão de Itaboraí

A partir das críticas oficiais quanto ao comportamento operacional do banco, a diretoria conduziu seus movimentos para atender as exigências do governo. Mesmo podendo emitir além do triplo do fundo, o objetivo era o restabelecimento das operações para o duplo dele. De junho até o final de novembro, manteve-se dentro das primeiras determinações estatutárias, porém a partir de dezembro ocorre mais um distanciamento do recomendado que se agravou no início de 1856.

De acordo com o Presidente do Banco do Brasil⁴⁹ (1855):

⁴⁹ Trecho do relatório do presidente do Banco do Brasil, em nome da diretoria, apresentado aos acionistas no dia 26 de julho de 1855.

“[de] conformidade, pois, com essas cláusulas tem a diretoria procedido, procurando observa-las em sua letra e espírito, sendo para ela bastante satisfatório o poder nesta ocasião afirma-vos que, desde 15 de junho, foi restabelecida a relação normal dos Estatutos, estando desde então a emissão em circulação aquém do duplo do fundo disponível com probabilidade de que nessa situação se conservará, a menos que sobrevenham acontecimentos extraordinários”

Apesar do duplo dos recursos não ter sido alcançado, uma queda de 1% do meio circulante atenuou o excedente do duplo do fundo, no final de junho de 1855, fechando em 16.686 contos com 84 contos acima do antigo limite. Já nos meses subseqüentes até dezembro, o volume de notas emitidas cresceu a uma taxa média de 3%, somando um total de 18.897 contos de bilhetes em circulação. O maior crescimento foi em setembro, com cerca de 6%, e o menor em outubro, decrescendo em 3%. Ainda que com emissões crescentes, as taxas médias destas não foram superiores às médias do crescimento do fundo, que estiveram no patamar de 4%, com ápice em julho de 9%, e menor patamar em novembro, decrescendo 5% - um montante de 9.863 contos. O banco conseguiu manter suas emissões dentro do duplo do fundo de julho a novembro.

Tais resultados devem ser relacionados com a entrega da gestão do banco, via decreto, ao seu arquiteto, o Visconde de Itaboraí. Ele adotou medidas que objetivaram principalmente o aumento do fundo disponível. A maior parte foi oriunda da Inglaterra, e um total de 4.678 contos em ouro foi importado. Além disso, cerca de 1.885 contos de diversos tipos de metais foi comprado internamente, talvez de forma estratégica devido a posterior diversificação da composição do lastro.

Porém, o fraco desenvolvimento de meio circulante, nas demais províncias, continuava provocando o deslocamento de grandes somas de metais e de papel-moeda do Tesouro. Desta forma, a proliferação das transações comerciais continuava a provocar desvios nas circulações do meio de troca da corte. O impacto disso era negativo para a conservação dos recursos disponíveis, que eram deslocados, em parte, para evitar sofrimentos comerciais.

Devido a tais motivos, em dezembro, as reservas do banco não aumentaram em mais de 1%, adicionando-se apenas cerca de 15 contos frente ao crescimento das emissões na casa de 11%, um acréscimo de mais de 2.000 contos, que somou 21.063 de notas emitidas.

Como resultado disto, mais 1.300 contos circulavam aquém do duplo do fundo. Com a fuga de metais dos cofres do banco, nem mesmo o decréscimo em 2% do meio circulante no mês seguinte foi suficiente para que diminuísse a circulação excedente, que ficou em mais de 1800 contos, frente a um decréscimo do fundo de 5%.

Em resposta, Itaboraí implementa outra medida⁵⁰, para que o banco pudesse manter-se dentro da legalidade frente às pressões monetárias que o estabelecimento sofria. Conseguiu autorização para que o volume emitido respeitasse a regra do triplo do fundo disponível permanentemente, com extensão da mesma regra às caixas filiais. Juntamente com esse decreto, entrou em vigor uma outra medida, que autorizou a inclusão da prata na composição do fundo, porém este só poderia ser composto com até um oitavo do novo metal. Além das autorizações legislativas, o visconde se utilizou da retirada gradual das notas em circulação do Tesouro, substituindo-as pelas do Banco do Brasil. De acordo com o dispositivo estatutário que permitia esta operação, o banco obteria um depósito do governo, as notas resgatadas, que poderiam ser utilizadas para o aumento das reservas, servindo também de lastro às notas emitidas.

Mesmo com o decreto no início de fevereiro, a queda de 7% da reserva frente ao mês anterior não pôde ser ainda impedida, quando somou 8.707 contos, chegando a mais de 3.500 notas emitidas além do duplo. Contudo a decisão legislativa permitia expansões pouco maiores que 25.000 contos, permanecendo então dentro da nova legalidade, com um somatório de contos emitidos próximos a 21.000. Posteriormente, as medidas começam a surtir efeito no fundo disponível, com um aumento de 11% em março, 6% em abril, um decréscimo de 3% em maio e uma vertiginosa variação positiva de 47%, que totalizou mais de 14.400 contos no fundo em junho de 1856.

III.5 - O crédito e as emissões

A expansão rápida das operações tinha o objetivo de sustentar a sua política de crédito, que levava em conta as necessidades dos negócios de pequeno e médio porte. Dado seu grande tamanho, determinava a taxa de descontos no mercado monetário. Ao completar o segundo ano de atividade, esta sua função creditícia acumulou um volume de

⁵⁰ Decreto número 1721, de 5 de fevereiro, que alterou os artigos 16 e 18 dos estatutos do banco, autorizando a elevação de sua emissão ao triplo do fundo disponível, com extensão às Caixas Filiais.

quase 91000 contos, 9% inferior ao anterior ano anterior, mas valor expressivo frente às demais operações (Peláez e Suzigan: 1976).

Também houve alguma diversificação de suas operações, surgindo concessões de empréstimos de curto prazo. Contudo estes empréstimos somaram a quantia de 4.534 contos, que representa cerca de 5% do valor das operações de redesconto. Uma outra forma de operação foi o redesconto de títulos governamentais, relação estabelecida diretamente com o Tesouro do Rio de Janeiro, porém o seu volume representava um percentual ainda menor, menos de 4%, do maior volume operacional que era o redesconto. O valor médio das letras de câmbio manteve-se em 11 contos, sendo o prazo médio variando nesses dois anos de 82 dias para 83 dias (Peláez e Suzigan: 1976).

Isto evidenciava uma característica típica de operações de modernos bancos centrais. Além da emissão de notas oficiais, o redesconto também se apresentava como importante instrumento no controle da liquidez. Como as operações de crédito concentravam-se no redesconto de títulos comerciais, essas operações atendiam às necessidades de crédito da economia urbana, fornecendo diretamente crédito às instituições que financiavam imediatamente a atividade comercial. Desta forma, criava-se uma rede de financiamento à medida que os recursos do banco eram utilizados para manter a fluidez do sistema monetário (Müller :2004).

O intuito emitir os bilhetes necessários às novas exigências de circulação era o concomitante com o comprometimento do resgate das notas do Tesouro, que circulavam em um montante expressivo - 46.693 contos mais precisamente. Contudo, este recolhimento apenas se exerceu em 1855, durante o período de gestão de Itaboraí, ao se retirar de circulação cerca de 1.000 contos primeiramente – no exercício de 1855/1856 -, e mais 2.000 contos no exercício seguinte, mesmo ano de sua renúncia em 20 de junho de 1857. Em contrapartida, as emissões cresceram de forma mais acelerada que o recolhimento do volume circulante do antigo papel oficial, já que os dados refletem um crescimento da retirada de até 4% para este último exercício, frente a 28% das expansões para o mesmo⁵¹ (Calógeras: 1960).

⁵¹ Calógeras (1960) considerou a data de aniversário do banco como o fechamento de um ano e, para o número de emissões acima citadas, são contabilizadas as notas em circulação remanescentes dos bancos de emissão anteriores ao Banco do Brasil que não tinham ainda sido resgatadas.

Em suma, o total do meio circulante (somatório das notas emitidas pelo Banco do Brasil com as do Tesouro mais os bilhetes não resgatados dos bancos de emissão) cresceu vertiginosamente. Em 1853, os 51.000 contos de papel, notas dos bancos de emissão mais tesouro, sofreram acréscimos do novo papel oficial, chegando a 85.821 contos no período - junho a junho, de 1855 a 1856 - e a 95.216 contos no seguinte (Calógeras: 1960). O crescimento do montante do meio circulante deu-se na proporção do alargamento do meio circulante oficial, que atingiu no fim de 1856 a quantia de quase 30.000 contos, somada às emissões das recém fundadas caixas filiais, que somavam a quantia superior a 8.200 contos (Andrada: 1923).

CONCLUSÃO

O ponto de vista defendido pelo Visconde de Itaboraí, introduzido através da Lei Bancária de 1853, era que um banco fortemente controlado pelo governo assumiria o controle das instituições provinciais. A transformação dos bancos emissores em agências visava ao controle das emissões e do crédito em todo país. Somente assim, dizia o Visconde, seria possível promover a prudente expansão do meio circulante e do crédito para o crescimento do comércio e da indústria, expurgando da iniciativa privada uma maior liberdade no sistema monetário.

No aspecto creditício, os resultados não foram tão promissores. O Banco do Brasil de Mauá se apresentava como uma forma alternativa de fornecimento de crédito, alterando o modelo de prestamistas individuais para um de intermediação financeira, emprestando e captando recursos diretamente nos agentes deficitários e superavitários a partir de agências bancárias. Fomentou a ótica desenvolvimentista, financiando empreendimentos como estrada de ferro, companhia de gás e navegação a vapor no Amazonas. O segundo Banco do Brasil, por outro lado, comportou-se como um grande concessor de redescontos⁵². O grande volume destas operações – 99.000 contos em 1854 - evidenciaram um papel de controlador da liquidez nas transações comerciais na cidade do Rio de Janeiro, deixando de lado a orientação industrial e desenvolvimentista que tais capitais poderiam possuir como destino para o progresso brasileiro.

Um outro argumento, para a sua criação, foi que os bilhetes emitidos pelos bancos privados de emissão provocaram perturbações monetárias, principalmente nas operações dos bancos Comercial do Rio de Janeiro e do Brasil de Mauá, no sistema de pluralidade bancária e emissora. Porém, os dados mostram que tais acusações apenas camuflavam o verdadeiro propósito governamental que era o de instituir o seu monopólio, não apenas da emissão, mas de todo sistema bancário.

Em 1852, quando o estoque de bilhetes emitidos pelos bancos privados cresceu cerca de 177%, aumentando de 1.313 contos para 3.613 contos – 44% eram notas do Banco de

⁵² Mauá criticou ativamente a política de atuação do banco denominando-o de “apenas uma grande casa de redescontos” (Caldeira: 1998).

Mauá - estes representavam apenas 7% do meio circulante, sendo os outros 93% a soma de 46.693 contos em notas do Tesouro. No ano seguinte, o da implantação do segundo Banco do Brasil, a taxa de crescimento dos bilhetes privados foi ainda menor, 53%, reunindo quase 5.600 contos, dos quais pouco acima de 3.500 contos eram do Banco do Brasil de Mauá, que estava em seu segundo ano de operação, emitindo 21% mais bilhetes que no seu primeiro ano. Já a nova empresa financeira do governo superava as emissões privadas em quase 55% no final de 1854, chegando, ao final de 1856, a emitir 645% a mais que os privados haviam emitido até 1853. Eram quase 37.000 contos, incluindo mais de 8.000 contos de suas filiais. Em dois anos, na gestão de Itaboraí, resgatou-se apenas cerca de 3.000 contos em notas do Tesouro, chegando, ao final de 1856 e inícios de 1857, a mais de 95.000 contos de papéis em circulação. (Calógeras: 1960)

Ou seja, a empreitada do governo teve um impacto negativo sobre a transmissão de crédito produtivo, à medida que promoveu um retrocesso na evolução de sua natureza, ao privilegiar a difusão de recursos para a atividade comercial em detrimento do segmento da indústria. O argumento, que refletia o temor às expansões desenfreadas dos estabelecimentos privados, perdeu credibilidade, quando a política de emissão mostrou-se extremamente expansionista, rompendo diversas vezes o duplo do fundo – limite em que se julgava adequado expandir o meio circulante e tolerado pela corrente metalista. Por outro lado, os bancos privados não chegaram a emitir mais do que o dobro dos recursos disponíveis em caixa. O banco do governo, para se manter dentro da legalidade, solicitou, temporariamente em um primeiro momento, e, permanentemente em um segundo momento, emitir até o triplo do fundo disponível.

Devido às grandes distâncias, meios de comunicação e de transporte precários, as vantagens da centralização sofreram fortes obstáculos. Isto ficou claro quando se precisou transferir fundos para outras províncias, para solucionar problemas comerciais, pois não houve a interiorização da circulação das notas do banco. Nem todas as províncias foram contempladas com agências, mantendo o caráter regional do curso monetário. Assim, ao invés de regulamentar a atividade bancária e acabar com as restrições à circulação provincial do papel-moeda, o ato institucional de 1853 impediu que uma adequada estrutura bancária se expandisse para o desenvolvimento do sistema monetário. Estabelecimentos

descentralizados e independentes não sofreriam esse tipo de impacto, pois atenderiam às necessidades locais, através da qualidade emissora. Esse ato também impediu o desenvolvimento operacional de bancos com características de bancos de investimentos como o do Mauá e o da Bahia, que emprestavam um maior volume de recursos a prazos mais dilatados.

Por fim, o segundo Banco do Brasil, mesmo que, por um lado, tenha aumentado vertiginosamente o estoque de moeda da economia com suas largas emissões, agindo progressivamente no combate a escassez, por outro lado não solucionou a questão da circulação regional e não se comprometeu com o progresso produtivo do país. Suas notas não tiveram curso absoluto no território, e o banco não cumpriu o papel de mobilizar saldos ociosos para investimentos de caráter produtivo, que promovessem o desenvolvimento. Limitou-se às operações com títulos comerciais e ao suporte de casas bancárias ligadas a esta atividade, prejudicando uma expansão qualitativa do crédito.

TABELAS

Tabela I
Data de Estabelecimento de Bancos Privados e Capital Inicial Realizado

(em contos de réis)

Bancos	Ceará	Comercial RJ	Comercial BA	Maranhão	Comercial PE	Brasil de Mauá
Estabelecimento	1836	1842	1845	1846	1851	1851
Capital Inicial	60	5000	1000	400	1000	10000

Fonte: SUZIGAN, Wilson; PELÁEZ, Carlos Manuel. História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

TABELA II
Emissões privadas, anteriores à criação do segundo Banco do Brasil.

(em contos de réis)

Data	Emissões	Var	Encaixe	Var	Fundo de Reserva	%	Troco	Tx Troco
1850	1147	-	849	-	298	35,10%	551	48,04%
1851	1313	14,47%	4619	444,05%	3306	71,57%	1313	100,00%
1852	3631	176,54%	3295	-28,66%	336	10,20%	2959	81,49%
1853	5569	53,37%	5464	65,83%	105	1,92%	5359	96,23%

Fonte: SUZIGAN, Wilson; PELÁEZ, Carlos Manuel. História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

TABELA III
Dados do Banco Comercial do Rio de Janeiro

TABELA IV
Banco do Brasil de Mauá

Data	Emissões	Var	Encaixe	Var	Em / Ecx	Emissões	Encaixe
1850	5	-	450	-	-	-	-
1851	2	-60,00%	1610	257,78%	4,09%	98	2398
1852	257	12750,00%	1266	-21,37%	110,08%	1594	1448
1853	1574	512,45%	2428	91,79%	112,49%	1937	1722

Fonte: SUZIGAN, Wilson; PELÁEZ, Carlos Manuel. História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976. Valores em contos de réis.

Tabela V
Movimentação comercial internacional do Império

Ano	Importações	Var M	Exportações	Var X	Saldo Total	Var
1850	79919	-	67788	-	147707	-
1851	92860	16,19%	66640	-1,69%	159500	7,98%
1852	87363	-5,92%	73645	10,51%	161008	0,95%
1853	85839	-1,74%	76842	4,34%	162681	1,04%
1854	85171	-0,78%	90699	18,03%	175870	8,11%
1855	92779	8,93%	94432	4,12%	187211	6,45%
1856	125352	35,11%	114534	21,29%	239886	28,14%

Fonte: CALÓGERAS, João Pandiá. A Política Monetária do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1960. Em contos de réis

TABELA VI
Emissões nos três primeiros meses de operação do Banco do Brasil

(contos de réis)

Data	Emissões	Var	Encaixe	Var	Fundo de Reserva	%	Troco	Tx Troco
30/04/1854	2874	-	4852	-	1978,00	40,77%	2874,00	100,00%
31/05/1854	6508	126,44%	5113	5,38%	1395	27,28%	3718,00	57,13%
30/06/1854	8643	32,81%	5621	9,94%	3022	53,76%	2599,00	30,07%
31/07/1854	9018	4,34%	6022	7,13%	2996	49,75%	3026,00	33,56%
31/08/1854	9031	0,14%	6151	2,14%	2880	46,82%	3271,00	36,22%
30/09/1854	10212	13,08%	6789	10,37%	3423	50,42%	3366,00	32,96%
31/10/1854	12015	17,66%	7314	7,73%	4701	64,27%	2613,00	21,75%
30/11/1854	13877	15,50%	8064	10,25%	5813	72,09%	2251,00	16,22%
31/12/1854	14564	4,95%	7910	-1,91%	6654	84,12%	1256,00	8,62%
31/01/1855	15356	5,44%	7978	0,86%	7378	92,48%	600,00	3,91%
28/02/1855	15135	-1,44%	7842	-1,70%	7293	93,00%	549,00	3,63%
31/03/1855	15112	-0,15%	7383	-5,85%	7729	104,69%	-346,00	-2,29%
30/04/1855	16343	8,15%	7685	4,09%	8658	112,66%	-973,00	-5,95%
31/05/1855	16812	2,87%	7847	2,11%	8965	114,25%	-1118,00	-6,65%
30/06/1855	16686	-0,75%	8301	5,79%	8385	101,01%	-84,00	-0,50%
31/07/1855	17954	7,60%	9023	8,70%	8931	98,98%	92,00	0,51%
31/08/1855	18007	0,30%	9319	3,28%	8688	93,23%	631,00	3,50%
30/09/1855	18999	5,51%	9916	6,41%	9083	91,60%	833,00	4,38%
31/10/1855	18353	-3,40%	10330	4,18%	8023	77,67%	2307,00	12,57%
30/11/1855	18897	2,96%	9863	-4,52%	9034	91,59%	829,00	4,39%
31/12/1855	21063	11,46%	9879	0,16%	11184	113,21%	-1305,00	-6,20%
31/01/1856	20624	-2,08%	9386	-4,99%	11238	119,73%	-1852,00	-8,98%
28/02/1856	20938	1,52%	8707	-7,23%	12231	140,47%	-3524,00	-16,83%
31/03/1856	21880	4,50%	9642	10,74%	12238	126,92%	-2596,00	-11,86%
30/04/1856	23017	5,20%	10199	5,78%	12818	125,68%	-2619,00	-11,38%
31/05/1856	23415	1,73%	9893	-3,00%	13522	136,68%	-3629,00	-15,50%
30/06/1856	27463	17,29%	14499	46,56%	12964	89,41%	1535,00	5,59%

Fontes: PACHECO, Cláudio; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. História do Banco do Brasil. Rio de Janeiro: AGGS, 1980.
 SUZIGAN, Wilson; PELÁEZ, Carlos Manuel. História Monetária do Brasil: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

TABELA VII Emissões em circulação dos bancos frente às do Tesouro						Tabela VIII Emissões do Banco do Brasil	
Anos	Tesouro		Bancos		Total	Anos	Emissão Total
1853 - 1854	46693	-	15531	-	62224	1854 (abr e jun)	8643
1854 - 1855	46693	0,00%	21063	35,62%	67756	1854 - 1855	16687
1855 - 1856	45692	-2,14%	40128	90,51%	85820	1855 - 1856	25029
1856 - 1857	43677	-4,41%	51539	28,44%	95216	1856 - 1857	49467

Fonte: CALÓGERAS, João Pandiá. A Política Monetária do Brasil. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1960. Em contos de réis

Tabela IX Comparativo entre as emissões					
Banco / Tempo	1 ano	2 anos	%	%	1 - 2 anos (%)
Segundo Banco do Brasil	16343	23017	-	-	140,84%
Bancos emissores privados	3631	5569	450,10%	413,31%	153,37%
Banco Comercial Rj	257	1574	6359,14%	1462,33%	612,45%
Banco do Brasil de Mauá	1594	1937	1025,28%	1188,28%	121,52%

O tempo é referente a um ano e a dois anos de operação. Para o Banco Comercial RJ e para Bancos emissores privados, conta-se a partir do aparecimento do Banco do Brasil de Mauá. Elaboração Própria (Em contos de réis). Fonte: Peláz e Suzigan (1976) e Pacheco (1980)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADA, Antonio Carlos Ribeiro de. **Bancos de Emissão no Brasil**. Rio de Janeiro: a Livraria Leite Ribeiro, 1923.

BRASIL. **Código Comercial**: Lei nº 556, de 25 de Junho de 1850.

CALDEIRA, Jorge. **Mauá: Empresário do Império**. São Paulo: Schwarcz, 1998.

CALÓGERAS, João Pandiá. **A Política Monetária do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional. 1960.

CARVALHO, Fernando J. Cardim de, et al. **Economia Monetária e Financeira: Teoria e Política**. Rio de Janeiro: Campus, 2001.

CORAZZA, Gentil. **Os Bancos Centrais e sua ambivalência público-privada**. UFRGS: 1995.

EATWELL, John, MILGATE, Murray and NEWMAN, Peter (1987). **The New Palgrave a Dictionary of Economics**. Ed: The Macmillan Press Limited. Vols 1- 2

FONSECA, Pedro Cezar Dutra. **Gênese e precursores do desenvolvimentismo no Brasil**. São Paulo: Revista Pesquisa & Debate do Programa de Estudos Pós-Graduados em Economia Política. PUCSP, 2004.

FRANCO, Bernardo de Souza (1984). **Os bancos do Brasil (1ª edição 1848)**. Brasília: UNB.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. **O Império e os bancos comerciais do Rio de Janeiro na Segunda metade do século XIX: os casos do Banco Mauá, MacGregor & Cia., do Banco Rural e Hipotecário do Rio de Janeiro e do Banco Comercial e Agrícola**. Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense, 1999.

KUNIOCHI, Márcia Naomi. **Os negócios no Rio de Janeiro: crédito, endividamento e acumulação (1844 a 1857)**. São Paulo: USP, 2001.

LIMA, Fernando Carlos Cerqueira e MÜLLER, Elisa. **Moeda e Crédito no Brasil: breves reflexões sobre o primeiro Banco do Brasil (1808- 1829)**. IV Encontro dos Economistas da Língua Portuguesa CD- Rom.

_____. **A circulação monetária no Rio de Janeiro nos tempos coloniais**. Curitiba: IV Conferência Internacional de História de Empresas. CD -Rom.

LISSA, Violo Idolo (1987). **Catalogo do papel - moeda do Brasil 1771- 1986**. Brasília: Editora Gráfica Brasileira Ltda.

MELLO, Leonel Itassu, COSTA, Luís César Amad. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.

MÜLLER, Elisa. **Moedas e Bancos no Rio de Janeiro no século XIX**. Rio de Janeiro. UFRJ, 2004.

NABUCO, Joaquim. **Um Estadista do Império**. São Paulo: Francine, 2000.

PACHECO, Cláudio; FRANCO, Afonso Arinos de Melo. **História do Banco do Brasil**. Rio de Janeiro: AGGS, 1980.

SCHULZ, John. **A Crise Financeira da Abolição**. São Paulo: Edusp, 1996.

SOARES, Sebastião Ferreira. **Elementos de Estatística**. Rio de Janeiro: Tipografia Nacional, 1865.

SUZIGAN, Wilson; PELÁEZ, Carlos Manuel. **História Monetária do Brasil**: análise da política, comportamento e instituições monetárias. Rio de Janeiro: IPEA/INPES, 1976.

VASCONCELLOS, Marco A. Sandoval de, et al. **Manual de Macroeconomia**. São Paulo: Atlas, 2000.